

Ana Gomes

Bruxelas, 23 de Março de 2007

Excelentíssimo Senhor,

Como Vice-Presidente da Subcomissão de Segurança e Defesa do Parlamento Europeu tive a oportunidade de visitar contingentes europeus (e portugueses) na Bósnia Herzegovina e na República Democrática do Congo, enviados para aqueles países no contexto da Política Europeia de Segurança e Defesa.

Para além da impressão de grande profissionalismo das forças europeias que me ficou, registei a forte presença de mulheres em alguns contingentes nacionais, incluindo nas unidades de combate, entre as forças espanholas que tiveram um papel tão decisivo no contexto da missão EUFOR RD Congo.

A meu ver, o imperativo de aumentar a presença de mulheres nas forças armadas ancora numa questão de princípio e numa questão de eficácia.

Por uma lado, a instituição militar não pode, nem deve, alhear-se das dinâmicas que marcam a sociedade que ela serve: a igualdade de direitos entre homens e mulheres e a crescente presença de mulheres em todas as áreas da vida colectiva portuguesa tem constituído um dos factores mais importantes do aprofundamento da democracia portuguesa nos últimos 30 anos.

Por outro lado, a participação em missões de paz expedicionárias sob a égide de organizações multilaterais tem vindo a substituir as funções de defesa territorial que anteriormente ocupavam fundamentalmente as forças armadas europeias, incluindo a portuguesa. Neste contexto, é cada vez mais reconhecida a importância da presença de mulheres em forças expedicionárias que actuem num contexto de *peace-keeping/peace-enforcement* onde a componente de contacto/confiança com a população local é decisiva (sobretudo para a recolha de *intelligence* e disseminação de informação).

Neste contexto, a decisão tomada por Vexa. de anular a decisão do Comando de Instrução do Exército arquivando o processo de averiguações do caso da aspirante Cláudia Almeida Brito, juntamente com declarações garantindo que o Exército tem "*uma prática indistinta em relação ao género*", foram importantes e merecem o meu apoio.

O caso do tratamento humilhante e degradante a que foi submetida, em Novembro de 2006, a aspirante a oficial de infantaria Cláudia Brito, representa bem mais do que

uma violação dos direitos humanos da vítima. A natureza claramente sexista da violência a que foi sujeita parece reflectir uma resistência particularmente feroz à entrada de mulheres oficiais na arma de Infantaria. A aspirante Cláudia Brito terá já declarado ao 'Jornal do Exército' que "*Cada vez há mais aquele espírito: mulheres em Infantaria, não. A primeira frase que ouvimos é: vocês não conseguem porque correm menos do que nós, porque não levam uma mochila tão pesada.*" Um dos alunos da Academia Militar é citado na imprensa escrita dizendo que "*era um mito na Academia que essa [a Infantaria] fosse a única arma sem mulheres. Foi um choque a entrada dela [de Cláudia Almeida Brito]. Não creio que tão cedo venha para aqui outra.*"

Os números confirmam que as mulheres estão sub-representadas em posições de comando no Exército, com apenas 62 mulheres oficiais no Quadros Permanentes do Exército, 7 mulheres oficiais nas armas de Cavalaria e Artilharia (e três sargentos em Infantaria) e 203 mulheres oficiais contratadas pelo Exército. Estes números são surpreendentes quando se constata que, de acordo com a NATO¹ Portugal, com 12% de mulheres entre o pessoal militar, ocupa um respeitável 8º lugar entre 23 membros da Aliança Atlântica.

O grau de resistência institucional e informal a mulheres oficiais na Infantaria justifica mais do que uma mera declaração de neutralidade em relação ao género: tendo em conta a importância de garantir a cabal aplicação do princípio da igualdade de género no Exército; tendo igualmente em conta o princípio meritocrático que deve orientar o recrutamento e promoção militares (e que aliás parece muito mal servido na Escola Prática de Infantaria de Mafra pelos brutais e embrutecedores rituais informais de iniciação a que foi sujeita a aspirante Cláudia Brito, tal como descritos nos órgãos de comunicação social); e finalmente, tendo em conta a importância de uma forte presença feminina em todas as áreas militares, especialmente no Exército, afigura-se fundamental contrariar a imagem sexista das Forças Armadas com uma campanha de recrutamento especialmente focalizada em atrair mulheres, ao mesmo tempo que uma vigorosa estratégia de sensibilização para questões de género contribuiria para a desconstrução de 'mentalidades' tão ideologicamente anacrónicas, como incompatíveis com as necessidades e os interesses do Exército português.

Saliento que uma comparação cuidadosa entre os relatórios nacionais anuais português e espanhol para 2006 apresentados no âmbito do *Committee on Women in the NATO Forces* do *International Military Staff* da Aliança Atlântica, revela que no caso espanhol existe todo um programa legislativo e de reforma institucional para acomodar a chegada, e garantir a boa integração, das mulheres nas Forças Armadas: um Centro de Estudos sobre a Situação das Mulheres nas Forças Armadas no âmbito do Ministério da Defesa, uma rede de creches em estabelecimentos militares e iniciativas concretas visando implementar nas Forças Armadas espanholas directivas comunitárias sobre igualdade de género no local de trabalho, são apenas algumas das medidas que o relatório espanhol descreve. O relatório português por sua vez é vago, descritivo e limita-se a apresentar em termos gerais os eixos principais da política de igualdade de género portuguesa, sem se debruçar sobre medidas específicas para as Forças Armadas.

¹ http://www.nato.int/issues/women_nato/perc_fem_soldiers-2006.jpg

As atitudes pessoais e as posturas institucionais da liderança política e militar no caso da aspirante Cláudia Brito serão decisivas porque acabarão por balizar os termos do debate. Só a rejeição mais categórica de comportamentos como aqueles que contribuíram para que a aspirante Cláudia Brito reprovasse a sua formação para oficial de Infantaria podem evitar que estes se repitam.

Considero esta questão fundamental para o futuro do Exército português.

Nesse sentido, muito agradeceria:

1. Informação sobre as conclusões da investigação que V.Exa. ordenou ou, no caso de elas ainda não estarem disponíveis, sobre quaisquer informações preliminares relevantes;
2. Informação sobre quais as medidas que o Exército está a implementar, ou pensa conceber, para atrair mais mulheres e/ou para combater preconceitos sexistas, violência de género, e discriminação de género, em particular na Infantaria.

Continuarei a acompanhar a participação portuguesa em missões internacionais com grande interesse e a defender, sempre que posso, o contributo fundamental que umas Forças Armadas portuguesas modernas e eficazes fazem e podem fazer para a paz e a segurança internacionais, de acordo com a letra e o espírito da Carta da Organização das Nações Unidas.

Com os melhores cumprimentos,

Ana Gomes

Sua Excelência,
o Chefe de Estado-maior do Exército
General José Luís Pinto Ramalho
Estado Maior do Exército
Rua Museu de Artilhadria
1149-065 Lisboa

cc:

S.E. o Presidente da Assembleia da República, Dr. Jaime Gama
S.E. o Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros, Dr. Luís Amado
S.E. o Ministro da Defesa Nacional, Prof. Doutor Nuno Severiano Teixeira
S.E. o Chefe de Estado Maior General das Forças Armadas, General Valença Pinto
S.E. o Presidente da Comissão de Defesa da A.R., Dr. Júlio Miranda Calha
S.E. o Secretário de Estado da Presidência de Conselho de Ministros
S.E. a Presidente da Com. para a Igualdade e Direitos das Mulheres, Dra. Elza Pais